KALLAS INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 09.146.451.000-06 NIRE 35.300.358.996

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 28 de abril de 2022, às 10h00, na sede da **Kallas Incorporações e Construções S.A.** ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua João Lourenço, n.º 432, sala 30, Vila Nova Conceição, CEP 04508-030. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. MESA:** O Sr. Emílio Rached Esper Kallas assumiu a presidência dos trabalhos, e convidou a Sra. Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão para secretária. **4. PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO:** Em atendimento ao disposto nos artigos 133 e 289 da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram publicadas, de forma resumida, na edição de 10 de março de 2022 do Jornal Data Mercantil, à página 11. Na mesma data, a versão integral das demonstrações financeiras também foi divulgada, em conjunto com as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes da Companhia, nos websites (i) da Companhia, (ii) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e (iii) do Jornal Data Mercantil - observado que no dia 09 de março de 2022, tais documentos foram também divulgados no website da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **5. ORDEN DO DIA:** Deliberar, em Assembleia Geral Ordinária, sobre (i) as contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes da Companhia, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, e deliberaram o quanto segue: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 6.1. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. 6.2. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 65.925.532,89 (sessenta e cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos), conforme detalhado abaixo: (a) destinação de R\$ 3.236.274,64 (três milhões, duzentos e noventa e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, para a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) destinação de R\$ 62.629.256,25 (sessenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), equivalentes a 95% do lucro líquido do exercício, para a distribuição de dividendos, observado que (i) deste valor, R\$ 50.483.671,74 (cinquenta milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos) já foram distribuídos pela Companhia aos acionistas a título de dividendos intermediários ("Dividendos Intermediários"), e (ii) os Dividendos Intermediários foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do artigo 27, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia - de modo que resta um saldo que ainda deverá ser pago aos acionistas a título de dividendos com base no resultado apurado pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 12.145.584,51 (doze milhões, cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), equivalente a R\$ 115.35035102048 por ação. 6.2.1. Consignar que o pagamento do saldo dos dividendos ora aprovados será realizado até o dia 31 de dezembro de 2022, e tomará como base de cálculo a posição acionária de 29 de abril de 2022, sendo que as ações da Companhia passarão a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 02 de maio de 2022, inclusive. A referida distribuição de dividendos foi considerada a quantidade de ações antes do aumento de capital deliberado nesta ata. 6.3. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022 em até R\$ 1.520.000,00 (um milhão, quinhentos e vinte mil reais) cabendo ao Conselho de Administração a destinação deste valor, nos termos do artigo 17, alínea "g" do Estatuto Social da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 6.4. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, o aumento do capital social da Companhia por subscrição privada, no valor de R\$ 29.070.000,00 (vinte e nove milhões e setenta mil reais), com a emissão de 4.281 (quatro mil, duzentas e oitenta e uma) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 6.790,47 (seis mil, setecentos e noventa reais e quarenta e sete centavos) por ação ordinária. 6.4.1. Consignar que o preço de emissão por ação foi fixado com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em conta o valor do patrimônio líquido das ações de emissão da Companhia, observado que tal critério é o que melhor se adapta à realidade econômica e reflete o real valor das ações de sua emissão, assegurando que não haverá diluição injustificada da participação dos atuais acionistas da Companhia. 6.4.2. Consignar que, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia conferirá ao seu titular o direito à subscrição de 0,040657973464 nova ação ordinária, observado que (i) as frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência serão desconsideradas e (ii) as ações adquiridas a partir do dia 02 de maio de 2022 (inclusive) não farão jus ao direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas no âmbito do aumento de capital ora deliberado, ou seja, a partir de tal data (inclusive) as ações de emissão da Companhia serão negociadas ex-subscrição, sendo a data base para o direito (record date) o dia 29 de abril de 2022. 6.4.3. Consignar que, neste ato, os acionistas Raphael Esper Kallas, Ther Gold Participações e Administração S.A., cedem seus direitos de preferências ao acionista Emílio Rached Esper Kallas. 6.4.4. Consignar que o acionista Emílio Rached Esper Kallas integralmente seu direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas pela Companhia, bem como os direitos de preferência a ele cedidos pelos acionistas Raphael Esper Kallas e Ther Gold Participações e Administração S.A., de modo que (i) todas as ações emitidas serão, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Emílio Rached Esper Kallas, nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata (Anexo I), e (ii) não haverá sobras de ações não subscritas. 6.4.5. Consignar que o aumento de capital será integralmente implementado mediante a capitalização de crédito detido pelo acionista Emílio Rached Esper Kallas contra a Companhia, no valor de R\$ 29.070.000,00 (vinte e nove milhões e setenta mil reais). 6.4.6. Consignar que as novas ações a serem emitidas conferirão aos seus titulares os mesmos direitos atribuídos às ações já existentes, fazendo jus, em igualdade de condições com as ações já existentes, a todos os benefícios, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio e eventuais remunerações de capital, que vierem a ser declarados pela Companhia. 6.4.7. Consignar que, em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 631.783.219,43 (seiscentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), dividido em 105.293 (cento e cinco mil, duzentas e noventa e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 660.853.219,43 (seiscentos e sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), dividido em 109.574 (cento e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. 6.5. Em razão da ação aprovada nos termos do item 6.4, acima, aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração do caput do artigo 17, alínea "g" do Estatuto Social da Companhia para vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 660.853.219,43 (seiscentos e sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), dividido em 109.574 (cento e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.**" 6.6. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, (A) a alteração (i) do artigo 18, caput, (ii) do artigo 19, caput e parágrafos 1º, 2º e 3º, (iii) do artigo 20, parágrafos 2º e 7º, e (iv) do artigo 21, alíneas "a", "d" e "e" e parágrafo único, bem como (B) a exclusão dos parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11, todos do Estatuto Social da Companhia, da Companhia será composta por 105.293 (cento e cinco mil, duzentos e noventa e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, residentes no Brasil, sendo até dois Diretores Presidentes, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, conforme o caso. Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. 6.6.1. Em razão da deliberação ora aprovada, os artigos 18, 19, 20 e 21 do Estatuto Social da Companhia passarão a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 18 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo até dois Diretores Presidentes, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, conforme o caso, Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração.**" **Artigo 19 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer um dos Diretores Presidentes ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, e independentemente será instalada por qualquer um dos Diretores Presidente sem a observância do prazo previsto no caput acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros da Diretoria.**" **Parágrafo 1º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo 5º deste artigo, cabendo a qualquer um dos Diretores Presidentes, em caso de empate, o voto de qualidade.**" **Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue a qualquer um dos Diretores Presidentes, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico.**" **Artigo 20 - [...] Parágrafo 3º - Compete aos Diretores Presidentes, em conjunto ou isoladamente, coordenar a ação dos demais Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhes, dentre outras, as seguintes atribuições: [...] Parágrafo 3º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições: [...] (v) reportar a qualquer um dos Diretores Presidentes qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.**" **Parágrafo 4º - Adicionalmente às competências fixadas por Lei, regulamentação específica ou por este Estatuto Social, as competências de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.**" **Artigo 21 - [...] (j) por qualquer um dos Diretores Presidente, individualmente ou em conjunto, com poderes específicos, em nome da Companhia, (i) administrar e presidir as atividades de desenvolvimento de negócios da Companhia por qualquer um de seus Diretores Presidentes, nos termos do item (a) acima, a representação individual da Companhia está limitada aos seguintes atos: (i) representação da Companhia perante a Justiça Trabalhista, repartições e departamentos federais, estaduais e municipais, incluindo-se a Secretaria da Receita Federal, (ii) assinatura de correspondências, incluindo as correspondências bancárias; e (iii) endosso de cheques para depósito nas contas bancárias da Companhia.**" **Parágrafo Único - As procurações deverão vedar o subestabelecimento e serão assinadas, em nome da Companhia, (i) por qualquer um dos Diretores Presidentes, individualmente, ou (ii) por 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo que as procurações para fins judiciais, arbitrais ou administrativas, poderão ser assinadas por 1 (um) Diretor e (iii) especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.**" 6.7. Em razão das deliberações aprovadas nos termos dos itens 6.6 e 6.7 acima, aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo II à presente ata. 6.8. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das matérias aprovadas nesta Assembleia, nos termos da legislação vigente. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata em forma de sumário, na forma do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo, 28 de abril de 2022. **Emílio Rached Esper Kallas** - Presidente da Companhia. **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** - Secretária. Acionistas: **Emílio Rached Esper Kallas; Raphael Esper Kallas; Ther Gold Participações e Administração S.A.**

ANEXO I - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Acionista Subscritor	Ações Subscritas	Valor e Forma de Integralização
EMILIO RACHED ESPER KALLAS , brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, engenheiro civil, inscrito no CREA sob o n.º 44.735/D e no CPF/ME nº 101.280.006-78, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.677.600-1 SSP/SP, com endereço profissional nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua João Lourenço, n.º 432, Vila Nova Conceição, CEP 04508-030	4.281	R\$ 29.070.000,00, integralizados mediante capitalização de crédito detida pelo acionista subscritor contra a Companhia
Total	4.281	R\$ 29.070.000,00

Mesa: **Emílio Rached Esper Kallas** - Presidente. **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** - Secretária. Acionistas: **Emílio Rached Esper Kallas; Raphael Esper Kallas; Ther Gold Participações e Administração S.A.**

ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 1º - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua João Lourenço, nº 432, sala 30, Vila Nova Conceição, CEP 04508-030 e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, depósitos, agências ou representação em qualquer localidade do País ou do Exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: (i) a incorporação, construção e comercialização de bens imóveis próprios ou de terceiros, (ii) a prestação de serviços de engenharia e engenharias e projetos de engenharia, (iii) a locação e administração de bens móveis, (iv) a administração e prestação de serviços de engenharia, (v) a compra e venda de insumos e materiais para a construção civil, (vi) a prestação de serviços de assessoria e consultoria imobiliária em contratos de financiamento bancários e afins, e (vii) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 660.853.219,43 (seiscentos e sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), dividido em 109.574 (cento e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - E vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias. **Parágrafo 2º** - O capital social da Companhia não poderá ser aumentado por emissão de ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (uma) nova ação ordinária de emissão da Companhia. **Artigo 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que seu valor na conta do acionista junto à instituição depositária. **Parágrafo 3º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 4º** - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. Os custos do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observado que o limite eventual de cobrança da Companhia está autorizado conforme faculta o artigo 172 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com a seguinte redação: "Artigo 172 - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído e a reserva de incentivos fiscais, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis." **Artigo 9º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. **Capítulo III - Assembleias Gerais - Artigo 10** - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e demais prescrições legais pertinentes. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, contado a partir da primeira publicação do anúncio de convocação. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 9 (nove) dias corridos. Será dispensada a convocação e a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Vice-Presidente ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração, ou ainda, na ausência destes, por qualquer Diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa dentre os presentes à reunião. **Artigo 11** - As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Parágrafo 1º** - Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação legítima, a titularidade das ações que lhe conferem a sua qualidade de acionista, apresentando, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; e (iii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e comprovantes de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no Parágrafo 1º acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **Parágrafo 3º** - Todas as matérias serão deliberadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum qualificado ou especial por força de Lei. **Parágrafo 4º** - As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da mesa da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto no artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5º** - A Assembleia Geral de acionistas somente poderá funcionar sobre a ordem do dia fixada na legislação vigente. **Artigo 12** - Sem prejuízo das demais matérias previstas em Lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, e, ainda: (i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (ii) aprovar ou alterar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades

que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (iii) eleger ou destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (iv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (v) deliberar sobre a política de distribuição de dividendos. **Capítulo IV - Administração - Artigo 13** - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Parágrafo 2º** - Os Administradores da Companhia deverão aderir às políticas vigentes da Companhia mediante assinatura de termo de adesão aplicáveis. **Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho de Administração, que não serem destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seu substituto, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído. **Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 14** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - O Conselho de Administração designará, entre seus membros, aqueles que desempenharão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Artigo 15** - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Para os fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez. **Parágrafo Único** - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente. **Artigo 16** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, no entanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais. **Parágrafo 1º** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho ou quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embase de maneira completa tal ação e permita que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas. **Parágrafo 2º** - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto no Parágrafo 1º acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º** - Independentemente das formalidades previstas no parágrafo acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **Parágrafo 4º** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Parágrafo 5º** - Os membros do Conselho de Administração poderão, em qualquer momento, comparecer às reuniões em caráter de urgência, e na sua ausência por qualquer dos Conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O Presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes. **Parágrafo 6º** - Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que: (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu representante para estar em tal reunião, desde que a respectiva nomeação seja realizada por escrito e entregue ao Presidente da mesa da reunião antes da sua instalação; (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente da mesa da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da mesa da reunião antes do encerramento da reunião e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. **Parágrafo 7º** - Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto. **Parágrafo 8º** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 6º, alínea "iii" deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada a referido Livro logo após a realização da reunião. **Parágrafo 9º** - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Parágrafo 10** - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedada a estes, entretanto, o direito de voto. **Artigo 17** - Além das matérias estabelecidas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias serão de competência do Conselho de Administração: (a) aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado; (b) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria; (c) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de atuação não especificadas neste Estatuto Social; (d) deliberar sobre a aquisição de bens ou ativos, a alienação de bens, a aquisição de bens ou ativos, a aprovação de transações com partes relacionadas da Companhia, de quaisquer garantias reais, avulsas, fianças ou outra modalidade de garantia fiduciária em favor das subsidiárias, cujo valor exceda R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (e) aprovar a emissão de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 660.853.219,43 (seiscentos e sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), dividido em 109.574 (cento e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 660.853.219,43 (seiscentos e sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), dividido em 109.574 (cento e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. 6.5. Em razão da ação aprovada nos termos do item 6.4, acima, aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração do caput do artigo 17, alínea "g" do Estatuto Social da Companhia para vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 660.853.219,43 (seiscentos e sessenta milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos), dividido em 109.574 (cento e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.**" 6.6. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, (A) a alteração (i) do artigo 18, caput, (ii) do artigo 19, caput e parágrafos 1º, 2º e 3º, (iii) do artigo 20, parágrafos 2º e 7º, e (iv) do artigo 21, alíneas "a", "d" e "e" e parágrafo único, bem como (B) a exclusão dos parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11, todos do Estatuto Social da Companhia, da Companhia será composta por 105.293 (cento e cinco mil, duzentos e noventa e três) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, residentes no Brasil, sendo até dois Diretores Presidentes, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, conforme o caso. Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. 6.6.1. Em razão da deliberação ora aprovada, os artigos 18, 19, 20 e 21 do Estatuto Social da Companhia passarão a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 18 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo até dois Diretores Presidentes, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, conforme o caso, Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração.**" **Artigo 19 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer um dos Diretores Presidentes ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, e independentemente será instalada por qualquer um dos Diretores Presidente sem a observância do prazo previsto no caput acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros da Diretoria.**" **Parágrafo 1º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo 5º deste artigo, cabendo a qualquer um dos Diretores Presidentes, em caso de empate, o voto de qualidade.**" **Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue a qualquer um dos Diretores Presidentes, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico.**" **Artigo 20 - [...] Parágrafo 3º - Compete aos Diretores Presidentes, em conjunto ou isoladamente, coordenar a ação dos demais Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhes, dentre outras, as seguintes atribuições: [...] Parágrafo 3º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições: [...] (v) reportar a qualquer um dos Diretores Presidentes qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.**" **Parágrafo 4º - Adicionalmente às competências fixadas por Lei, regulamentação específica ou por este Estatuto Social, as competências de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.**" **Artigo 21 - [...] (j) por qualquer um dos Diretores Presidente, individualmente ou em conjunto, com poderes específicos, em nome da Companhia, (i) administrar e presidir as atividades de desenvolvimento de negócios da Companhia por qualquer um de seus Diretores Presidentes, nos termos do item (a) acima, a representação individual da Companhia está limitada aos seguintes atos: (i) representação da Companhia perante a Justiça Trabalhista, repartições e departamentos federais, estaduais e municipais, incluindo-se a Secretaria da Receita Federal, (ii) assinatura de correspondências, incluindo as correspondências bancárias; e (iii) endosso de cheques para depósito nas contas bancárias da Companhia.**" **Parágrafo Único - As procurações deverão vedar o subestabelecimento e serão assinadas, em nome da Companhia, (i) por qualquer um dos Diretores Presidentes, individualmente, ou (ii) por 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo que as procurações para fins judiciais, arbitrais ou administrativas, poderão ser assinadas por 1 (um) Diretor e (iii) especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.**" 6.7. Em razão das deliberações aprovadas nos termos dos itens 6.6 e 6.7 acima, aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo II à presente ata. 6.8. Aprovar, por 105.293 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das matérias aprovadas nesta Assembleia, nos termos da legislação vigente. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata em forma de sumário, na forma do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo, 28 de abril de 2022. **Emílio Rached Esper Kallas** - Presidente da Companhia. **Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão** - Secretária. Acionistas: **Emílio Rached Esper Kallas; Raphael Esper Kallas; Ther Gold Participações e Administração S.A.**

que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (iii) eleger ou destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (iv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (v) deliberar sobre a política de distribuição de dividendos. **Capítulo IV - Administração - Artigo 13** - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Parágrafo 2º** - Os Administradores da Companhia deverão aderir às políticas vigentes da Companhia mediante assinatura de termo de adesão aplicáveis. **Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho de Administração, que não serem destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seu substituto, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído. **Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 14** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - O Conselho de Administração designará, entre seus membros, aqueles que desempenharão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Artigo 15** - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Para os fins deste parágrafo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez. **Parágrafo Único** - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente. **Artigo 16** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, no entanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais. **Parágrafo 1º** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho ou quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embase de maneira completa tal ação e permita que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas. **Parágrafo 2º** - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto no Parágrafo 1º acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º** - Independentemente das formalidades previstas no parágrafo acima, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **Parágrafo 4º** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Parágrafo 5º** - Os membros do Conselho de Administração poderão, em qualquer momento, comparecer às reuniões em caráter de urgência, e na sua ausência por qualquer dos Conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O Presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes. **Parágrafo 6º** - Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que: (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu representante para estar em tal reunião, desde que a respectiva nomeação seja realizada por escrito e entregue ao Presidente da mesa da reunião antes da sua instalação; (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente da mesa da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da mesa da reunião antes do encerramento da reunião e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. **Parágrafo 7º** - Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto. **Parágrafo 8º** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 6º, alínea "iii" deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada a referido Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Parágrafo 10** - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedada a estes, entretanto, o direito de voto. **Artigo 17** - Além das matérias estabelecidas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias serão de competência do Conselho de Administração: (a) aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado; (b) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria; (c) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de atuação não especificadas neste Estatuto Social; (d) deliberar sobre a aquisição de bens ou ativos, a alienação de bens, a aquisição de bens ou ativos, a aprovação de transações com partes relacionadas da Companhia, de quaisquer garantias reais, avulsas, fianças ou outra modalidade de garantia fiduciária em favor das subsidiárias, cujo valor exceda R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); (e) aprovar a emissão de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 6